

CONTRATO Nº 308/2026

COMPRAS E SERVIÇOS COMUNS – LEI 14.133/2021



PROCESSO DE ORIGEM

Dispensa sem Disputa Nº 018/2026

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 3459/2026



OBJETO CONTRATUAL

Contratação Direta é a escolha da proposta mais vantajosa para Contratação de empresa especializada na confecção e fornecimento de materiais personalizados em MDF, acrílico e vinil, destinados ao atendimento das necessidades da secretaria Municipal de Educação do Município de Buriti/MA



VALOR CONTRATUAL

R\$ 7.880,00 (sete mil e oitocentos e oitenta reais)



VIGÊNCIAS CONTRATUAL

INICIAL: 8 de outubro de 2026

FINAL: 8 de outubro de 2027



DADOS DO CONTRATANTE

Secretaria Municipal de Educação, CNPJ nº 30.623.324/0001-47

Av. Candoca Machado, S/N, Centro, Buriti, Maranhão.

Jaelsa Ferreira dos Santos Sousa, CPF nº 906.046.013-87



DADOS DO CONTRATADO

MAYARA SHIRLEI DA SILVA E SILVA, CNPJ nº 26.565.364/0001-02

AVENIDA GUSTAVO BARBOSA, 565, CORRENTE, Chapadinha, Maranhão

ateliedetallheslaser3@gmail.com, (98) 9117-7008,

Mayara Shirlei da Silva e Silva, CPF nº 040.250.973-03



FISCAL DO CONTRATO

Sr. Fabricio Moraes de Sousa, servidor municipal, Portaria Nº 043/2026 - GAB

PREÂMBULO

Aos 8 de Outubro de 2026, a Prefeitura Municipal de Buriti – MA, através da Secretaria Municipal de Educação, inscrita no CNPJ nº 30.623.324/0001-47, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente **TERMO DE CONTRATO**, decorrente do Processo de Contratação em epígrafe, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO (art. 92, I e II)

1.1 – O presente instrumento tem por objeto Contratação Direta é a escolha da proposta mais vantajosa para Contratação de empresa especializada na confecção e fornecimento de materiais personalizados em MDF, acrílico e vinil, destinados ao atendimento das necessidades da secretaria Municipal de Educação do Município de Buriti/MA de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO (art. 92, V)

Endereço: R. Felinto Pessoa, 1 - Centro, Buriti - MA, 65515-000, CNPJ: 06.117.071/0001-55,
Site: www.buriti.ma.gov.br

2.1 – O valor do presente Contrato é de R\$ 7.880,00 (sete mil e oitocentos e oitenta reais), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	R\$ Unit.	R\$ Total
1	MEDALHAS DE ACRÍLICO SIMPLES 6 CM	SERVIÇOS	UND	100,00	R\$ 9,00	R\$ 900,00
2	MEDALHAS DE ACRÍLICO DUPLA, ESTAMPA SUBMÁTICA E CAMADA DE ACRÍLICO ESPELHADO 8,5CM	SERVIÇOS	UND	100,00	R\$ 20,00	R\$ 2.000,00
3	TROFÉUS DE MDF, COM APLICAÇÕES EM ACRÍLICO E ESTAMPA SUBLIMÁTICA 25CM	SERVIÇOS	UND	10,00	R\$ 70,00	R\$ 700,00
4	TROFÉUS DE MDF, COM APLICAÇÕES EM ACRÍLICO E ESTAMPA SUBLIMÁTICA 35CM	SERVIÇOS	UND	10,00	R\$ 95,00	R\$ 950,00
5	TROFÉUS DE MDF, COM APLICAÇÕES EM ACRÍLICO E ESTAMPA SUBLIMÁTICA 40CM	SERVIÇOS	UND	5,00	R\$ 200,00	R\$ 1.000,00
6	TROFÉUS DE MDF, COM APLICAÇÕES EM ACRÍLICO E ESTAMPA SUBLIMÁTICA 50CM	SERVIÇOS	UND	2,00	R\$ 150,00	R\$ 300,00
7	TROFÉUS DE MDF, COM APLICAÇÕES EM ACRÍLICO E ESTAMPA SUBLIMÁTICA 60CM	SERVIÇOS	UND	2,00	R\$ 300,00	R\$ 600,00
8	TROFEUS EM ACRÍLICO COM ESTAMPA SUBLIMÁTICA 25CM	SERVIÇOS	UND	2,00	R\$ 110,00	R\$ 220,00
9	TROFEUS EM ACRÍLICO COM ESTAMPA SUBLIMÁTICA 30CM	SERVIÇOS	UND	1,00	R\$ 170,00	R\$ 170,00
10	TROFEUS EM ACRÍLICO COM ESTAMPA SUBLIMÁTICA 35CM	SERVIÇOS	UND	1,00	R\$ 240,00	R\$ 240,00
11	TROFEUS EM ACRÍLICO COM ESTAMPA SUBLIMÁTICA 40CM	SERVIÇOS	UND	1,00	R\$ 255,00	R\$ 255,00
12	TROFEUS EM ACRÍLICO COM ESTAMPA SUBLIMÁTICA 50CM	SERVIÇOS	UND	1,00	R\$ 330,00	R\$ 330,00
13	TROFEUS SIMPLES DE ACRÍLICO, FORMATO RETANGULAR 20X25 E APLICAÇÃO DE ADESIVO	SERVIÇOS	UND	1,00	R\$ 100,00	R\$ 100,00
14	TROFEUS SIMPLES DE ACRÍLICO, FORMATO RETANGULAR 30X20 E APLICAÇÃO DE ADESIVO	SERVIÇOS	UND	1,00	R\$ 115,00	R\$ 115,00
Valor Total					R\$ 7.880,00	

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

2.4 – São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1 – O Termo de Referência que embasou a contratação, em especial as cláusulas específicas quanto a forma de execução do objeto;

2.3.2 – Edital de Licitação e/ou Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

2.3.3 – A Proposta do Contratado;

2.3.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 – O prazo de vigência da contratação terá início na data de 08/10/2026 e encerramento em 08/10/2027, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, e, em caso de serviços e fornecimentos contínuos, poderão ser prorrogáveis por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.1 – O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

Endereço: R. Felinto Pessoa, 1 - Centro, Buriti - MA, 65515-000, CNPJ: 06.117.071/0001-55,

Site: www.buriti.ma.gov.br

4.1.2 – A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

3.2 – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3 – Em caso de prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.4 – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1 – O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1 – O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

5.2 – As solicitações de pagamento, acompanhadas de suas respectivas notas fiscais e demais documentos pertinentes, deverão ser protocoladas por meio de envio para o e-mail: protocolo@buriti.ma.gov.br, a fim de garantir sua efetivação.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

6.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado constante do processo administrativo que deu origem ao presente termo de contrato.

6.2 – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4 – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5 – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8 – O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

7.1 – Quando o presente instrumento tratar de informações pessoais, as partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

7.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

7.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

7.4 – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.

7.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de

documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

7.6 – É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

7.7 – O **CONTRATADO** deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

7.8 – O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

7.9 – O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

7.10 – Bancos de dados eventualmente formados a partir de deste instrumento contratual, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

7.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

7.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

7.12 – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

8.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Buriti deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO

UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 05 00 SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

PROJETO/ATIVIDADE: 12 122 0007 2017 0000 ADMINISTRAÇÃO, MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA

CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.2 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

9.3 – Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

9.4 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

9.5 – Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

9.6 – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

9.7 – Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria desta administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

9.8 – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.8.1 – A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.9 – Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.10 – Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do §4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

10.1 – O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e Termo de Referência, parte integrante a este Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

10.2 – Em casos de fornecimento de equipamentos, entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

10.3 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

10.4 – Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.5 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

10.6 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.7 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.8 – A empresa **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos relacionados na Ordem de Fornecimento/Serviço.

10.9 – Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;

10.10 – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.11 – Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.12 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

10.13 – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

10.14 – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

10.15 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.16 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.17 – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

10.18 – Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

10.19 – Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

10.20 – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.21 – Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.22 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 – Para os contratos por escopo, assim considerados os contratos nos quais se impõe ao **CONTRATADO** o dever de realizar a execução de objeto específico em um período predeterminado, a extinção contratual se dará nos seguintes termos:

11.1.1 – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.1.2 – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato:

11.1.2.1 – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**;

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.2 – Em se tratando de objeto de natureza contínua a extinção se dará quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2.1 – O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.2 – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.3 – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3 – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1 – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1 – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 – Indenizações e multas.

11.5 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.6 – O contrato poderá ser extinto caso se constate que o **CONTRATADO** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

b) **Multa** de:

i) **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

ii) **Moratória** de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

iii) **Compensatória**, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

iv) **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “a”, “b”, “c” e “d” do subitem 12.1, de 1% a 30% do valor do Contrato.

12.3 – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4 – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

- 12.4.1 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.5 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando exigida, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.6 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.7 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.8 – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.9 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 12.10 – A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.11 – O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).
- 12.12 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 12.13 – Os débitos do **CONTRATADO** para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

13.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

- 14.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2 – O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de

antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 – Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

16.1 – As regras para subcontratação do objeto deste instrumento de contrato constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – O presente contrato é regido pela Lei 14.133/21 e demais diplomas legais.

17.2 – Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

17.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Buriti - MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Buriti – MA, 8 de outubro de 2026

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE



Jaelsa Ferreira dos Santos Sousa
Secretária Municipal de Educação
017/2026

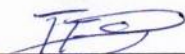
PELA CONTRATADA

Documento assinado digitalmente
gov.br MAYARA SHIRLEI DA SILVA E SILVA
Data: 08/10/2026 16:34:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Mayara Shirlei da Silva e Silva
CPF nº 040.250.973-03

TESTEMUNHAS

NOME:



NOME:



DECRETO Nº 029, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a antecipação do feriado escolar do Dia do Professor, comemorado em 15 de outubro, para o dia 13 de outubro de 2026, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Balsas, Estado do Maranhão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSAS, Estado do Maranhão, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 74 da Lei Orgânica do Município e considerando o disposto no Decreto Federal nº 52.682, de 14 de outubro de 1963.

DECRETA:

Art. 1º O feriado escolar do dia 15 de outubro, dedicado ao Professor, fica antecipado para o dia 13 de outubro do ano em curso, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Balsas.

Art. 2º A antecipação de que trata este Decreto aplica-se exclusivamente às unidades e aos órgãos vinculados à Rede Municipal de Ensino, não produzindo efeitos sobre o funcionamento dos demais órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, do comércio local ou das demais atividades privadas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BALSAS, ESTADO DO MARANHÃO, EM 09 DE OUTUBRO DE 2026.

ALAN DOUGLAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal de Balsas

Publicado por: GILBERTO SILVA VIEIRA

Código identificador: 426ce5a5509a113065fac47ec1573b69

RESENHA DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 141/2025 - SEMUS

RESENHA DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 141/2025 - SEMUS. Referente à Inexigibilidade de Licitação nº 69/2025. PARTES: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE e o Sr. JOSÉ MARCONDES QUEIROZ FERREIRA. OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto principal a prorrogação dos prazos de vigência, execução e valores do Contrato nº 141/2025, a fim de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO E VALOR: O Contrato Principal terá sua Cláusula Quinta alterada, ficando prorrogada a sua vigência por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 07 de outubro de 2026 a 07 de outubro de 2027. O valor do Contrato será reajustado em 3,72% sobre o valor mensal do contrato, de acordo com o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), conforme Cláusula sétima do contrato. Fica consignado que o valor mensal da locação fica alterado, passando a corresponder ao montante de R\$ 1.613,36 (mil, seiscentos e treze reais e trinta e seis centavos), conforme previsto na Cláusula Sexta do Contrato Principal, perfazendo, para o período de vigência ora prorrogado, o valor total de R\$ 19.360,32 (dezenove mil, trezentos e sessenta reais e trinta e dois centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10.305.0176.2-057 3.3.90.36.00.00. DA INALTERABILIDADE: As demais cláusulas do contrato original ficam inalteradas e ratificadas pelo presente termo aditivo. DO FORO: Comarca de Balsas/MA. DATA DA ASSINATURA: 02 de outubro de 2026. ASSINATURAS: Felipe Queiroz Fonseca Neto (LOCATÁRIA) e José Marcondes Queiroz Ferreira (LOCADOR).

Publicado por: SAMARA LOPES PEREIRA

Código identificador: 53b22ce1f1723a92f164f1df4a62ecde

RESENHA DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01 DO CONTRATO Nº 622/2025 - SEDES

RESENHA DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01 DO CONTRATO Nº 622/2025 - SEDES. Referente ao Pregão Eletrônico nº 71/2025. PARTES: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, TRABALHO E

EMPREGO e a empresa A C EMPREENDIMENTOS LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 38.350.483/0001-27. OBJETO: O presente termo de Apostilamento tem por objeto a alteração da RAZÃO SOCIAL da empresa, de acordo com a sexta alteração contratual e consolidação da sociedade. DA ALTERAÇÃO: A empresa anteriormente denominada ADEMAR CASTRO FERREIRA JUNIOR COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 38.350.483/0001-27, passou a denominar A C EMPREENDIMENTOS LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA, permanecendo inalterado o número de inscrição no CNPJ. DO FORO: Comarca de Balsas/MA. DATA DA ASSINATURA: 28 de setembro de 2026. ASSINATURA: Sebastiana Leda de Arruda (CONTRATANTE).

Publicado por: SAMARA LOPES PEREIRA

Código identificador: 27c09cc324b2b817f98eb1dbfcb97a2d

RESENHA DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01 DO CONTRATO Nº 623/2025 - SEMUS

RESENHA DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01 DO CONTRATO Nº 623/2025 - SEMUS. Referente ao Pregão Eletrônico nº 71/2025. PARTES: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE e a empresa A C EMPREENDIMENTOS LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 38.350.483/0001-27. OBJETO: O presente termo de Apostilamento tem por objeto a alteração da RAZÃO SOCIAL da empresa, de acordo com a sexta alteração contratual e consolidação da sociedade. DA ALTERAÇÃO: A empresa anteriormente denominada ADEMAR CASTRO FERREIRA JUNIOR COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 38.350.483/0001-27, passou a denominar A C EMPREENDIMENTOS LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA, permanecendo inalterado o número de inscrição no CNPJ. DO FORO: Comarca de Balsas/MA. DATA DA ASSINATURA: 28 de setembro de 2026. ASSINATURA: Felipe Queiroz Fonseca Neto (CONTRATANTE).

Publicado por: SAMARA LOPES PEREIRA

Código identificador: 7ebff85c435af100f51c3175457a67d3

RESENHA DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 02 DO CONTRATO Nº 621/2025 - SEFIN

RESENHA DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 02 DO CONTRATO Nº 621/2025 - SEFIN. Referente ao Pregão Eletrônico nº 71/2025. PARTES: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO E GESTÃO TRIBUTÁRIA e a empresa A C EMPREENDIMENTOS LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 38.350.483/0001-27. OBJETO: O presente termo de Apostilamento tem por objeto a alteração da RAZÃO SOCIAL da empresa, de acordo com a sexta alteração contratual e consolidação da sociedade. DA ALTERAÇÃO: A empresa anteriormente denominada ADEMAR CASTRO FERREIRA JUNIOR COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 38.350.483/0001-27, passou a denominar A C EMPREENDIMENTOS LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA, permanecendo inalterado o número de inscrição no CNPJ. DO FORO: Comarca de Balsas/MA. DATA DA ASSINATURA: 28 de setembro de 2026. ASSINATURA: Diego Silva Scherer (CONTRATANTE).

Publicado por: SAMARA LOPES PEREIRA

Código identificador: 4933c5f396ffe71e20f12d411b7ff832

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI**EXTRATO DE CONTRATO Nº 308/2026**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 308/2026, assinado em 08/10/2026. Objeto: Contratação Direta é a escolha da proposta mais vantajosa para Contratação de empresa especializada na confecção e fornecimento de materiais personalizados em MDF, acrílico e vinil, destinados ao atendimento das necessidades da secretaria Municipal de Educação do Município de Buriti/MA. Processo Administrativo nº 3459/2026.



Modalidade: Dispensa sem Disputa nº 018/2026. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Educação, CNPJ nº 30.623.324/0001-47, CONTRATADO: MAYARA SHIRLEI DA SILVA E SILVA, CNPJ nº 26.565.364/0001-02. Valor Global: R\$ 7.880,00 (sete mil e oitocentos e oitenta reais). Vigência Inicial: 8 de Outubro de 2026. Vigência Final: 8 de Outubro de 2027. Jaelsa Ferreira dos Santos Sousa - Secretária Municipal de Educação. Buriti - MA, 9 de Outubro de 2026.

Publicado por: JOSÉ FERNANDES MACEDO JUNIOR
Código identificador: 9066198984e9be16765f81ce7f61a1b8

EXTRATO DE RENOVAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 571/2025; **PREGÃO ELETRÔNICO:** Nº 017/2025; **ÓRGÃO GERENCIADOR:** Prefeitura Municipal de Buriti/MA - Secretaria Municipal de Administração e Finanças (CNPJ/MF nº 06.117.071/0001-55). **ÓRGÃOS PARTICIPANTES:** Secretaria Municipal de Educação, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), Fundo Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social. **DETENTORA DA ATA:** MP DISTRIBUIDORA LTDA (CNPJ nº 25.329.948/0001-16). **OBJETO:** Renovação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 041/2025, referente ao Registro de Preços para futura aquisição de material permanente (ar-condicionados, móveis, eletrodomésticos, equipamentos eletrônicos e hospitalares) para atender às necessidades das diversas Secretarias do Município de Buriti/MA. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Cláusula Segunda, Item 2.1, da ARP nº 041/2025. **PRAZO DE RENOVAÇÃO / VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, com início em 13/10/2026 e término em 13/10/2027. **SALDO REMANESCENTE DA ATA:** R\$ 171.485,72 (cento e setenta e um mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e setenta e dois centavos). **VEDAÇÃO DE ADESÃO:** Fica proibida a adesão à presente Ata por órgãos ou entidades não participantes ("caronas") durante o período de prorrogação. **DATA DA ASSINATURA:** 8 de outubro de 2026. **SIGNATÁRIOS:** Danylo Antônio Albuquerque Nunes (Órgão Gerenciador) e Mauricio Portela Martins Brito Passos (Licitante).

Publicado por: JOSÉ FERNANDES MACEDO JUNIOR
Código identificador: 90fee53dd5637f813b1b87a0a85cb8a6

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ

PORTARIA Nº 090/2026 - GABPMC

PORTARIA Nº 090/2026 - GABPMC

Dispõe sobre a nomeação em cargo comissionado de OUVIDOR MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Cajapió, Estado do Maranhão, **Rômulo Roberto Marques Nunes**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 73, I e XI da Lei Orgânica do Município de Cajapió.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **HENRIQUE PEREIRA NASCIMENTO** para o cargo comissionado de Ouvidor Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PUBLIQUE - SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Cajapió, 06 de outubro de 2026.

RÔMULO ROBERTO MARQUES NUNES

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural da Prefeitura, em 6 de outubro de 2026.

Marinalda Pedrosa Cavalcante

Chefe de Gabinete
Mat. 333-1

Publicado por: MARINALDA PEDROSA CAVALCANTE MENDES FERREIRA
Código identificador: 89c15c7e0828962637bb9db82fce6c51

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJARI

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026

O Município de Cajari, Estado do Maranhão comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 12/2026, Tipo Menor Preço por Lote, Processo Administrativo nº 19/2026 - SECAF, que tem como objeto o **registro de preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de material elétrico e de construção para atender as demandas da Prefeitura municipal de Cajari/MA, conforme condições e especificações apresentadas no Anexo I - Termo de Referência do Edital e seus anexos**. Data final para cadastro das propostas: 23/10/2026 às 09h29min. **Data de abertura da sessão: dia 23/10/2026, às 09h30min.** O Edital poderá ser consultado pelo sistema Sinc-Contrata - TCE/MA, ou no sítio da Prefeitura de Cajari/MA através do endereço eletrônico: [http://transparencia.cajari.ma.gov.br/acessoInformacao/licitacao/tce/](http://transparencia.cajari.ma.gov.br/acessoInformacao/licitacao/tce;); ou pelo portal de compras através do endereço: <https://www.licitacajari.com.br/>. Mais informações podem ser solicitadas através do e-mail: licitacoescajari@gmail.com.

Cajari (MA), 09/10/2026.

Jimena Coelho de Souza

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Publicado por: JOSÉ HENRIQUE SERRA MATOS
Código identificador: c7f07ffa6921d0af6b653ae8c6c67186

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

O Município de Cajari, Estado do Maranhão, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 14/2026, Tipo Menor Preço por Lote, Processo Administrativo nº 15/2026, que tem como objeto o **registro de preços para a contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de limpeza, higiene e descartáveis para suprir as necessidades das Secretarias Municipais do município de Cajari/MA, conforme condições e especificações apresentadas no Anexo I - Termo de Referência do Edital e seus anexos**. Data final para cadastro das propostas: 23/10/2026, às 13h59min. **Data de abertura da sessão: dia 23/10/2026, às 14h00min.** O Edital poderá ser consultado pelo sistema Sinc-Contrata/TCEMA, ou no sítio da Prefeitura de Cajari/MA através do endereço eletrônico: <http://transparencia.cajari.ma.gov.br/acessoInformacao/licitacao/tce/>; ou pelo portal de compras através do endereço: <https://www.licitacajari.com.br/>. Mais informações podem ser solicitadas através do e-mail: licitacoescajari@gmail.com.

Cajari (MA), 09/10/2026.

Jimena Coelho de Souza

Secretária Municipal de Administração e Finanças
Decreto nº 58/2022

Contratos

Contrato nº 308/2026

Última atualização 09/10/2026



Órgão/Entidade: 06.117.071/0001-55 - MUNICIPIO DE BURITI

Unidade executora: 4264 - Secretaria Municipal de Educação **Localidade da Unidade:** Buriti/MA

Órgão/Entidade sub-rogado: não informado **Unidade executora sub-rogada:** não informada

Localidade da Unidade sub-rogada: não informada

Tipo: Contrato (termo inicial) **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** 3459/2026 **Categoria do processo:** Compras

Data de divulgação no PNCP: 09/10/2026 **Data de assinatura:** 08/10/2026 **Vigência:** de 08/10/2026 a 08/10/2027

Id contrato PNCP: 06117071000155-2-000288/2026 **Fonte:** STARTGOV SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA

Id contratação PNCP: [06117071000155-1-000072/2026](#)

Fruto de adesão? Não **Tem Remanejamento:** Não

Objeto:

Contratação Direta é a escolha da proposta mais vantajosa para Contratação de empresa especializada na confecção e fornecimento de materiais personalizados em MDF, acrílico e vinil, destinados ao atendimento das necessidades da secretaria Municipal de Educação do Município de Buriti/MA

VALOR CONTRATADO

R\$ 7.880,00

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica **CNPJ/CPF:** 26.565.364/0001-02 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Nome/Razão social: MAYARA SHIRLEI DA SILVA E SILVA

Empenhos		Instrumentos de Cobrança		Termos	Arquivos	Histórico
Sequencial	Número	Valor Total	Emenda	Data de Emissão	Data/Hora de Inclusão	Situação

Nenhum dado para exibir

< Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o site eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abrangidos pelo novo diploma.